



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2015/SMI
TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2016/SMI
REGISTRO DE PREÇO - SRP

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A**, com sede na cidade de Canoas- RS na BR 116 parada 28 CEP: 92330-430, inscrita no CNPJ sob o nº 34.274.233/068-01, neste ato representada pelo Sr José Henrique Mendonça Ossig, portador do CPF nº 206.546.500-04 na qualidade de Gerente de Vendas e Consumidores, de agora em diante denominada, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de **Pregão Presencial nº 092/2015 – SRP**, celebram a presente **Ata de Registro de Preço** de acordo com a Lei nº 10.520/2002, dos decretos Municipal nº 9.329/2006, nº 9.294/2006, nº 9.546/2007 subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, referente ao Processo acima citado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo é o Registro de Preços para **aquisição de fluído, óleo lubrificante e graxa**, destinados a **secretaria de Município de Infraestrutura - SMI**, conforme descrições constantes nos anexos do edital do **Pregão Presencial nº 092/2015, para Registro de Preços**.

2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DA REVISÃO DOS PREÇOS

1. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
2. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a revisão dos preços vigentes através de solicitação formal à(s) Comissão(ões) de Registro de Preço, no setor de protocolo de cada secretaria do Município do Rio Grande/RS, justificando o pedido de alteração com as devidas explicações das circunstâncias de mercado ou do problema que ocasionou o aumento do preço
3. A solicitação deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A revisão não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de revisão dos preços deverá acarretar pesquisa junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. Independentemente do disposto no item 2, a(s) Comissão(ões) Registro de Preços poderá(ão), na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de Rio Grande.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata, sendo o mesmo improrrogável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

2. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento será efetuado após entrega do material, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da fatura (NF) que deverá ser confrontada com o registro de acompanhamento da fiscalização da secretaria responsável
2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGP-M (FGV) mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGP-M (FGV), será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem se caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art.7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.
2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DO RIO GRANDE e o FORNECEDOR serão formalizadas através de termo de compromisso - TCRP, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.
3. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
4. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá contratar outro fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com as solicitadas pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

registrado.

5. Os pedidos de prestação do serviço deverão ser formalizados pela Comissão de Registro de Preços da Secretaria de Município responsável pelo contrato.

6. As regras estabelecidas neste Termo de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho.

CLÁUSULA VII - DO SERVIÇO - PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

1. De acordo com a solicitação da Secretaria, com seu respectivo empenho, no prazo pré determinado pela Secretaria.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar o Termo do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas, Lei 10.520/02 ou subsidiariamente no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às Detentoras do termo, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

2.1 PENALIDADES

Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

2.1.1. Considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital, no Contrato / Nota de Empenho e nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

2.1.2. Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 a 02 anos, pela inexecução parcial do contrato.

2.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em caso de **inexecução total** do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.2. Multa:

2.2.1. Por atraso na prestação do serviço fica a CONTRATADA sujeita à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia útil de atraso, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis.

2.2.2. A recusa da adjudicatária em assinar o presente ata de contrato dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, no valor de 10% (dez por cento) do valor global do presente contrato.

2.2.3. Conforme o caso, as multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize de prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal 9.294/06, na Lei 8.666/93.

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO, nos casos de rescisão previstas nos artigos. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Termo de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o termo decorrente do registro de preços;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de termo decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na cláusula VIII, deste Termo, caso não aceitas as razões da pedido.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS.

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas do Termo de Registro de Preços os recursos orçamentários das Secretarias do Município, Havendo necessidade, por determinação do Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande poderão ser utilizados recursos orçamentários de quaisquer Secretaria que não tenha aderido o referido SRP.

2. A Prestação do serviço do presente Termo de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contratos ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Rio Grande/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Termo, nota de empenho, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este Termo, o Edital de **Pregão Presencial nº 092/2015 para SRP** e a proposta da empresa **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**, classificada em 1º lugar, nos itens 01,02,03,04,05,06,07,08, desta licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10520/2002 e suas alterações posteriores, pelos Decretos Municipais nº 9.329/2006 e nº 9.546/2007 e nº 9.294/2006 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Rio Grande, 18 de Janeiro de 2016.


PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Contratada


Luiz Francisco Spotorno

Secretário de Município de Infraestrutura


Ademir Giambastiani Casartelli

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

GVCRS -008/2016

À
Prefeitura Municipal de Rio Grande
Pregão Presencial nº 092/2015

Porto Alegre, 12 de janeiro de 2016

Proposta Comercial

Prezados,

Em atenção ao Edital Pregão Presencial nº 092/2015, realizado no dia 12 de janeiro de 2016, às 9h30 minutos, informamos nossa proposta financeira para os itens licitados, conforme segue:

Pregão Presencial: 092 / 2015 – SMI - SRP				Órgão: SMI		Fone: (53) 3233-8417	
Entrega dos envelopes dia 12/01/2016 até as 9:30 hs				Local de entrega dos envelopes Rua General Bacelar, 264, 2º Andar. CEP: 96.200-370 - Rio Grande / RS			
Nº	Unid	Quant	Código	Descrição	Unitário	Total	
01	Litros	150	287508	Fluído de freio FMVSS 116 DOT 04 LUBRAX FLUIDO PARA FREIOS ESPECIAL Cx 40 F 500 ML (01.001.981)	R\$ 32,10	R\$ 4.815,00	
02	Quilos	1700	104536	Graxa a lubrificante a base de lítio NLGI 2 C/ bissulfeto de molibdênio não inferior a 3% Lubrax Lithplus SM 2 - TB 170 KG (01.006.211) Registro ANP 0000003103	R\$ 22,12	R\$ 37.604,00	
03	Litros	3.000	107122	Óleo lubrificante de Grau SAE 10W-30 API GL-4 LUBRAX UNITRACTOR - TB 200 L (01.000.228) Registro ANP: 0000002308	R\$ 11,67	R\$ 35.010,00	
04	Litros	3.000	104351	Óleo lubrificante hidráulico tipo AATF, aprovado GM/DEXRON II, MB 236.7, CATERPILLAR TO-2 LUBRAX ATF - TB 200 L (01.002.333) Registro ANP: 0000005634	R\$ 12,64	R\$ 37.920,00	
05	Litros	400	87509	Óleo lubrificante industrial ISO 46, norma DIN 51524 parte 2-HLP LUBRAX HYDRA XP 46 - TB 200 L (01.000.811) Registro ANP: 0000001604	R\$ 8,32	R\$ 3.328,00	
06	Litros	6000	105398	Óleo lubrificante ISO 68, norma DIN 51524 parte 2- HLP P-69 LUBRAX HYDRA XP 68 - TB 200 L (01.002.282) Registro ANP: 0000001604	R\$ 8,71	R\$ 52.260,00	
07	Litros	6000	81522	Óleo lubrificante multiviscoso para motores diesel, grau de viscosidade 15W40 norma API mínimo CI-4. LUBRAX TOP TURBO – TB 200 L (01.002.396) Registro ANP: 0000001143	R\$ 10,38	R\$ 62.280,00	

08	Litros	3000	77319	Óleo lubrificante para caixa de marchas, transmissão e diferencial de grau SAE 90, Classe MB 235.0 API GLS MIL-L2105D LUBRAX TRM 5-90 - TB 200 L (01.002.058) Registro ANP: 0000003827	R\$ 10,59	R\$ 31.770,00
Total Global: Duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais.						R\$ 264.987,00
Dados Bancários						
Banco: Banco do Brasil S.A Conta: 2315-9 Agência: 3180-1				Validade da Proposta: 60 dias. Data da Proposta: 12/01/2016.		
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. Fone: (51) 3325-6431 Fax: (51) 3325-6499 E-mail: gvcpale@br.com.br						

Simulação: 329.533.430

Simulação: 329.533.430

Entrega Mínima de Lubrificantes: 200 litros

Prazo de Pagamento: Conforme Edital Pregão Presencial Nº 092/2015

Prazo de Entrega: Conforme Edital Pregão Presencial Nº 092/2015

Validade da Proposta: Conforme Edital Pregão Presencial Nº 092/2015

Local de Entrega: Conforme Edital Pregão Presencial Nº 092/2015

Razão Social: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A

Endereço da Sede:

Rua Correia Vasques nº 250, Cidade Nova – Rio de Janeiro / RJ,
CEP 20.211-140
CNPJ: 34.274.233/0001-02

Base de Distribuição e Faturamento de Lubrificantes:

Av. Getúlio Vargas nº 11181- São José – Canoas/RS
CEP: 92.420-221
CNPJ: 34.274.233/0068-01

Endereço para Contato:

Avenida Carlos Gomes, 222, 12º andar, Auxiliadora, Porto Alegre - RS.
CEP: 90480-000
Telefone Contato: (51) 3327-6431 – Fax (51) 3327-6499
Pessoa de Contato: Roque Tadeu Miranda
E-mail para contato: gvcpale@br-petrobras.com.br

Representante que assinará o Contrato:

Nome: José Henrique Mendonça Ossig
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão: Comerciante
Cargo na Empresa: Gerente de Vendas a Consumidores
Carteira de Identidade: 4004816131 SSP/RS
CPF: 206.546.500-04

Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagens, lucros e despesas acessórias e encargos, inclusive tributários.

Os preços ofertados pela Petrobras Distribuidora e as condições ofertadas são de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações em toda sua plenitude. Os preços estão sujeitos a reajustes sem prévio aviso caso ocorra alguma determinação por parte de órgãos superiores competentes, para ajuste do equilíbrio econômico-financeiro.

Porto Alegre, 12 de janeiro de 2016

Atenciosamente,



José Henrique Mendonça Ossig
Gerente de Vendas a Consumidores Rio Grande do Sul
Petrobras Distribuidora S.A.